

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.998 - RS (2015/0269375-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE
ADVOGADOS : VITOR GIL PEIXOTO - RS057021
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVADO : GILBERTO ANDRADE SILVEIRA
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939
LÚCIO FERNANDES FURTADO E OUTRO(S) - RS065084
INTERES. : COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA - CEEE/GT
INTERES. : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
INTERES. : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 257/262) interposto contra decisão desta relatoria que negou provimento ao recurso especial (e-STJ fls. 251/252).

Em suas razões, a agravante sustenta ser inaplicável a Súmula n. 7/STJ, ante a inexistência da necessidade de análise dos elementos de convicção dos autos para concluir pela pertinência da prova pericial.

Alega que "existem critérios objetivos a considerar para o deferimento da prova postulada, não havendo necessidade de revolvimento do contexto fático probatório entranhado aos autos" (e-STJ fl. 258).

O agravado apresentou impugnação (e-STJ fls. 267/271).

É o relatório.

Decido.

Com efeito, procede a argumentação expendida, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls. 251/252 (e-STJ) e prossigo no exame do recurso.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJRS assim ementado (e-STJ fl. 183):

AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT. PERÍCIA ATUARIAL. DESNECESSIDADE.

1. A perícia atuarial se revela desnecessária no caso em exame, cuja discussão gira em torno de matéria preponderantemente de direito, afeta a possibilidade de revisar benefício previdenciário, em consonância com o sistema jurídico vigente. Inteligência do art. 130 do CPC.

2. Princípios da economia e da celeridade processual a serem observados para solução do litígio, devendo o magistrado coibir a produção de prova inútil para dirimir a causa.

Negado provimento ao agravo interno. (Grifos no original.)

Nas razões recursais (e-STJ fls. 192/200), fundamentadas no art. 105, III, "a",

da CF, a recorrente alega, em síntese, violação dos arts. 130, 331, 332, 333, II, e 420 do CPC/1973, sustentando cerceamento de defesa pelo indeferimento da realização de perícia atuarial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 208/215).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fls. 224/228).

É o relatório.

O recurso merece provimento.

A Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que, nas demandas em que se objetiva a revisão de valores de prestação previdenciária complementar, fica configurado cerceamento de defesa em prejuízo de entidade de previdência privada quando indeferida a realização de perícia atuarial, oportunamente requerida para demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro ao plano de custeio.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. PEDIDO EXORDIAL DE DEFERIMENTO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO, AO FUNDAMENTO DE NÃO ESTAR SENDO CONFERIDA A MELHOR INTERPRETAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, PARA EXTENSÃO DE PAGAMENTO DE VERBA, PAGA PELA PATROCINADORA AOS SEUS EMPREGADOS, QUE NÃO É RECEBIDA PELOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL PARA DEMONSTRAR DESEQUILÍBRIO ATUARIAL QUE ADVIRIA DO EVENTUAL ACOLHIMENTO DO PLEITO. PEDIDO DE PROVA QUE, EM VISTA DAS PECULIARIDADES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, MOSTRA-SE RELEVANTE. INDEFERIMENTO, AO FUNDAMENTO DE QUE A CONSTATAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE EXTENSÃO DO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS PREVISTAS EM NORMAS COLETIVAS DE TRABALHO AOS ASSISTIDOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PODE SER EXTRAÍDA DA INTERPRETAÇÃO DO REGULAMENTO. PERTINÊNCIA DA PRODUÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL PARA DEMONSTRAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO AO PLANO DE CUSTEIO, INCLUSIVE POR SER DEVER LEGAL DO ESTADO PROTEGER OS INTERESSES DOS DEMAIS BENEFICIÁRIOS E DOS PARTICIPANTES.

1. Em regra, conforme iterativa jurisprudência desta Corte Superior, como o juiz é o destinatário da prova - cabendo-lhe, por força do art. 130 do Código de Processo Civil, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias -, para se chegar à conclusão de que a produção da prova requerida pela parte é relevante para a solução da controvérsia, é necessário o reexame de todos os elementos fáticos, a atrair a incidência do óbice intransponível imposto pela Súmula 7/STJ.

2. Todavia, no caso da relação contratual de previdência privada, o sistema de capitalização constitui pilar de seu regime, pois tem caráter complementar - baseado na constituição de reservas que garantam, em perspectiva de longo prazo, o benefício contratado -, adesão facultativa e organização autônoma em relação ao regime geral de previdência social. Nessa linha, os planos de benefícios de previdência complementar são previamente aprovados pelo órgão público fiscalizador, de adesão facultativa, devendo ser elaborados com base em cálculos matemáticos (atuariais), embasados em estudos de natureza atuarial, e, ao final de cada exercício, devem ser reavaliados atuarialmente, de modo a prevenir ou mitigar prejuízos aos participantes e beneficiários do plano (artigo 43 da ab-rogada Lei n. 6.435/1977 e o artigo 23 da Lei Complementar n. 109/2001).

3. Dessarte, é bem de ver que o fundo formado pelo plano de benefícios pertence à coletividade de participantes e beneficiários, sendo gerido, sob supervisão e fiscalização

estatal, pela entidade de previdência privada, com o objetivo de constituir reservas que possam, efetivamente, assegurar os benefícios contratados.

4. Ademais, o art. 3º, VI, da Lei Complementar n. 109/2001 ostenta norma de caráter público, que impõe ao Estado, inclusive na sua função jurisdicional, proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios. Assim, conforme a jurisprudência das duas Turmas que compõem a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, para revisão de benefício pago por entidade de previdência privada é pertinente tomar em consideração o enfoque fático-jurídico acerca da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de custeio.

5. No caso, pois, em vista as peculiaridades da relação contratual de previdência privada, assentada em regulamento elaborado por meio de complexo cálculo atuarial, assim como dos interesses envolvidos em demandas que digam respeito à revisão de benefícios, à luz da iterativa jurisprudência do STJ, fica nítida a ocorrência do cerceamento de defesa. Isso porque a perícia atuarial pertinente ao deslinde do feito foi oportunamente requerida e indeferida, ao fundamento de que a obrigação de extensão à relação previdenciária de verbas salariais decorrentes da relação de emprego existente entre participantes do plano de benefícios e a patrocinadora pode ser constatada a partir da interpretação do regulamento do plano de benefícios, independentemente da questão do desequilíbrio atuarial do plano de custeio.

6. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.345.326/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/4/2014, DJe 8/5/2014.)

É o caso tratado nestes autos.

Nessas condições, segundo o entendimento firmado no julgado referido, o indeferimento da perícia, regular e oportunamente requerida, impõe à recorrente indevido cerceamento de defesa, razão pela qual a decisão indeferitória deve ser reformada.

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão monocrática (e-STJ fls. 251/252) e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para determinar que seja realizada a prova técnica, na forma requerida.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator